

Congresso vota salvaguardas

O Congresso começará a examinar, no próximo ano, uma série de propostas de emendas constitucionais, entre as quais encontra-se a que se chamou de "remoção do entulho autoritário", ou seja, que prevê a supressão das medidas de emergência e do conselho constitucional e dispõe como única salvaguarda a decretação do estado de emergência pelo Congresso Nacional.

Ao todo, existem 13 emendas já em tramitação e outras 126 à espera de inclusão na pauta de votação do Congresso. Todas dependem de maioria qualificada, ou seja, 320 votos de deputados e 46 de senadores, para obter aprovação em plenário.

Uma das emendas mais importantes a ser examinada ainda no decorrer do primeiro semestre legislativo de 1986 é a que trata do restabelecimento das prerrogativas do Congresso. Elaborada por uma comissão interpartidária, ela prevê, entre outras coisas, o uso do decreto-lei apenas durante o recesso parlamentar, nos casos de urgência e interesse público relevante, a extinção do decurso de prazo para a aprovação de projetos de executivo.

Na pauta do Congresso entrarão ainda cinco projetos de delegação propondo a criação do Ministério do Desenvolvimento do Nordeste e do Banco do Trabalho e o desmembramento do Ministério das Minas e Energia, além de alguns projetos de resolução do INT.